Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Relatório Anual de Atividades – 2024/2025

Introdução

O presente relatório tem como objetivo fundamental consolidar e documentar as atividades do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas (CP/CCP) durante o período de 2024/2025. Em conformidade com o Artigo 38.º, alínea f), da Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que estabelece as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas, este documento visa elaborar o relatório anual de atividades. Ao longo deste exercício, o relatório fornecerá uma visão abrangente e detalhada das diversas iniciativas, decisões e propostas que foram cruciais para moldar o trabalho do CP/CCP.

Neste contexto, é importante ressaltar que o CP/CCP atua como um órgão consultivo essencial, cuja função se estende além da mera representação das Comunidades Portuguesas no exterior. O CCP desempenha um papel vital na articulação de interesses e na promoção de políticas que visam o bem-estar e a integração das Comunidades lusodescendentes em diferentes países. Através das suas reuniões e deliberações, o CP/CCP procura fortalecer laços, fomentar a solidariedade e garantir que as vozes das Comunidades sejam ouvidas nas esferas de decisão.

A colaboração entre as Comunidades Portuguesas no exterior é um dos pilares fundamentais que orientam as ações do CP/CCP. Este documento não apenas reflete a importância dessa colaboração, mas também destaca as sinergias criadas entre os Conselhos regionais, as comissões temáticas e as diversas secções e subsecções locais. O trabalho conjunto, a troca de experiências e o compartilhamento de melhores práticas foram elementos-chave para o sucesso das iniciativas implementadas.

Além disso, o comprometimento do CP/CCP em promover a representatividade é um fator determinante na sua atuação. O Conselho é constituído por membros provenientes de diferentes regiões e contextos, o que enriquece o debate e garante uma diversidade de perspetivas. Esta diversidade não só enriquece as discussões internas, mas também assegura que as decisões tomadas sejam mais inclusivas e representativas das reais necessidades das Comunidades.

A eficácia e a transparência nas operações do CP/CCP são igualmente fundamentais. Neste relatório, serão apresentados não apenas os resultados alcançados, mas também os desafios enfrentados e a informação relativa à experiência e conhecimentos adquiridos durante o exercício da sua atividade, no último ano. A transparência nas decisões e nas atividades do Conselho é vital para a construção de confiança entre os conselheiros e as Comunidades que representam. Este compromisso com a clareza e a responsabilização é uma demonstração do respeito pelas Comunidades, devem ser devidamente informadas sobre as ações que afetam as suas vidas.

Em suma, este relatório serve como um registo da trajetória do CP/CCP durante o período em análise, desde outubro de 2024, destacando as suas conquistas e reflexões. Através deste documento, espera-se não apenas prestar contas, mas também inspirar um futuro mais colaborativo e engajado para as Comunidades Portuguesas em todo o mundo. A continuidade deste trabalho é essencial para garantir que as vozes das Comunidades sejam sempre ouvidas e que suas necessidades sejam devidamente atendidas.

A génese deste relatório reside na análise minuciosa das atas das reuniões realizadas ao longo do ano, entre outubro de 2024 e março de 2025. Estas atas, enquanto registo oficial das discussões e decisões tomadas, servem de base para a identificação dos temas prioritários, das estratégias adotadas e dos resultados alcançados. Através da sua análise, é possível traçar um retrato fiel da atividade do CP/CCP e da sua contribuição para a defesa dos interesses e a promoção do bem-estar das Comunidades Portuguesas no exterior. O Conselho Permanente (CP) do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) demonstrou uma atividade multifacetada, focada na organização interna, no planeamento estratégico e na abordagem de questões cruciais para as Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo. Este resumo detalhado visa fornecer uma visão abrangente das principais áreas de atuação e das iniciativas desenvolvidas pelo CP/CCP.

1. Resumo de Atividades

1.1 Fortalecimento da Governança e da Organização Interna

O CP/CCP dedicou uma parte significativa do seu trabalho ao fortalecimento da sua estrutura interna e à otimização do seu funcionamento. As primeiras reuniões do novo mandato (*9 e 10 de outubro de 2024*) foram marcadas pela **eleição da mesa**, com a reeleição de Flávio Alves Martins para Presidente, demonstrando a confiança dos membros na sua liderança e experiência. A eleição de Paulo Marques como Vice-Presidente e de Rui Marcelo e Vasco de Abreu como Secretários visou garantir uma equipa coesa e capaz de responder aos desafios que se colocavam ao Conselho.

A **homologação das Subsecções Locais e da Comissão da Juventude (CJ/CCP)** (*ofícios do CP/CCP ao SECP, datados de 16 de novembro de 2024*), representou um passo importante para consolidar a representatividade do CCP e para envolver os jovens nas suas atividades. A CJ/CCP, composta por conselheiros com idade até 39 anos, foi incumbida de elaborar o seu regulamento interno e de propor iniciativas para promover a participação dos jovens nas Comunidades Portuguesas.

O **planeamento das reuniões** para 2025 (*ofício do CP/CCP às Presidências dos CRs e Coordenações das CTs, datado de 17 de novembro de 2024 e ofício ao SECP de 23 de dezembro de 2024*), tanto as presenciais, como as por videoconferência, do CP, dos Conselhos Regionais (CRs) e das Comissões Temáticas (CTs), demonstrou a preocupação do CP/CCP em garantir a continuidade dos trabalhos e em promover a articulação entre as diferentes estruturas do Conselho. A definição de um calendário claro e a comunicação atempada das datas permitiram aos conselheiros organizar as suas agendas e participar ativamente nas atividades do CCP.

A **discussão sobre o orçamento** do CCP para 2025 revelou a preocupação dos membros com a necessidade de garantir recursos suficientes para o funcionamento do Conselho e para a implementação das suas iniciativas. A elaboração de um ofício para os Grupos Parlamentares, defendendo o aumento do orçamento, demonstrou o compromisso do CP/CCP em defender os interesses das Comunidades Portuguesas e em garantir que o Conselho dispõe dos meios necessários para cumprir a sua missão (*Ofícios do CP/CCP para os Conselheiros do CCP de 30 de outubro de 2024 e para o SECP de 14 de outubro de 2024*).

A **atualização do portal/site do CCP** e a definição de responsáveis pela gestão das redes sociais e do portal visaram melhorar a comunicação do Conselho com as Comunidades Portuguesas e com o público em geral. A disponibilização de informações relevantes e a utilização de ferramentas de comunicação modernas permitiram aumentar a visibilidade do CCP e fortalecer os laços com a diáspora.

1.2 Abordagem de Temas Cruciais para as Comunidades Portuguesas

O CP/CCP consagrou uma parte importante de seu trabalho à análise e discussão de temas que afetam diretamente a vida dos portugueses residentes no estrangeiro. A **discussão sobre o Regime do Residente Não Habitual (RNH)** demonstrou a preocupação do CP/CCP em defender os interesses dos emigrantes portugueses e em propor medidas que facilitem o seu regresso a Portugal. A análise das propostas existentes e a elaboração de recomendações para o governo visaram garantir que o RNH seja um instrumento eficaz para atrair os cidadãos portugueses pensionistas, residentes no estrangeiro, atrair talentos e para promover o desenvolvimento do país.

A **abordagem das questões consulares**, como os problemas com a emissão de vistos, os agendamentos consulares e o funcionamento dos postos consulares, revelou a preocupação do CP/CCP em garantir que os portugueses residentes no estrangeiro têm acesso a serviços consulares eficientes e de qualidade. A discussão sobre a implementação dos Conselhos Consultivos nos Postos Consulares (*Ofício do CP/CCP para o SECP de 18 de fevereiro de 2025*) demonstrou o compromisso do CP/CCP em promover a participação dos cidadãos na definição das políticas consulares.

A **discussão sobre a participação cívica**, incluindo o alargamento do número de deputados eleitos pelas Comunidades, a introdução do voto eletrónico e a informação dos lusodescendentes sobre os seus direitos cívicos, demonstrou o compromisso do CP/CCP em fortalecer a democracia e em garantir que os portugueses residentes no estrangeiro têm uma voz ativa na vida política do país.

A **criação da Comissão de Juventude (CJ/CCP)** e a discussão de medidas para incentivar o envolvimento dos jovens nas atividades do CCP revelaram a preocupação do Conselho em garantir a continuidade do seu trabalho e em preparar as futuras gerações para assumir um papel ativo na defesa dos interesses das Comunidades Portuguesas.

A **averiguação de processos pouco transparentes com as Escolas Portuguesas na diáspora** demonstrou o compromisso do CP/CCP em garantir a qualidade do ensino do português no estrangeiro e em defender os interesses dos alunos e dos professores.

A **discussão sobre o acesso dos portugueses residentes no estrangeiro ao Serviço Nacional de Saúde (SNS)** e as preocupações com as restrições impostas pelo Despacho n.º 40/2025 demonstraram o compromisso do CP/CCP em garantir que os portugueses residentes no estrangeiro têm acesso a cuidados de saúde adequados e em defender a igualdade de tratamento entre os cidadãos portugueses (*Nota do CP/CCP ao SECP, com solicitação de encaminhamento ao Gabinete do Sr. Primeiro Ministro e ao gabinete da Sra. Ministra da Saúde e à S.E. da Gestão da Saúde de 18 de fevereiro de 2025*).

O **debate sobre a tributação** dos emigrantes que decidam regressar a Portugal revelou a preocupação do CP/CCP em garantir que o sistema fiscal português não penaliza os emigrantes e em promover o seu regresso ao país.

A **discussão sobre a nova lei de apoio às associações** e a necessidade de regulamentação adequada demonstrou o compromisso do CP/CCP em garantir que as associações Portuguesas no estrangeiro recebem o apoio necessário para desenvolver as suas atividades e para promover a cultura e a língua portuguesa.

1.3 Reuniões dos Conselhos Regionais e Comissões Temáticas

O Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas empenhou-se na organização das **reuniões presenciais dos cinco Conselhos Regionais** - Europa, Ásia e Oceânia, América do Norte, América Central e América do Sul, e África, que ocorreram nas áreas correspondentes à localização geográfica de cada CR. Posteriormente, O CP do CCP procedeu à análise e discussão das atividades desenvolvidas nas reuniões dos Conselhos Regionais (CRs), salientando a importância de relatar os temas que impactam as comunidades portuguesas no estrangeiro, e a importância dos representantes dos vários CRs manterem o contato com todos os conselhos, não apenas com aquele ao qual pertencem, para reforçar a coesão e a atenção ao trabalho coletivo. Os relatórios consolidados de todos os Conselhos Regionais foram enviados à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, evidenciando a necessidade de transparência nas comunicações.

As reuniões presenciais dos CRs abordaram tópicos relevantes, incluindo a necessidade de um modelo uniforme para os relatórios, que facilitem a comparação entre as diferentes regiões. Também foram discutidas colaborações nas áreas de educação e cultura, a educação do português no estrangeiro, bem como questões consulares que afetam diretamente as comunidades.

Recomendações foram aprovadas para melhorar o apoio às associações locais, incluindo a implementação do voto eletrónico e a resolução de problemas consulares. Este esforço coletivo reflete o compromisso do CP/CCP em promover ações que fortaleçam as comunidades e melhorem a sua qualidade de vida.

No período de 26 a 28 de maio de 2025, as três **Comissões Temáticas do Conselho das Comunidades Portuguesas** reuniram-se presencialmente em Lisboa, sob os auspícios do Conselho Permanente do CCP, abordando questões cruciais para as comunidades portuguesas no estrangeiro.

A **Comissão Temática para os Assuntos Consulares, Participação Cívica e Política (CCPCP)** emitiu recomendações sobre a necessidade de um número de identificação nos cartões de conselheiros do CCP e a importância da formação para conselheiros. Além disso, discutiu a falta de recursos humanos nos postos consulares e a urgência de campanhas de sensibilização para o recenseamento eleitoral, destacando a relevância da reativação da Comissão Interministerial para as Comunidades Portuguesas.

A **Comissão Temática para as Questões Sociais e Económicas dos Fluxos Migratórios (CTQSEFM)** apresentou propostas para melhorar a tributação das pensões de emigrantes, solicitar a revisão de acordos de dupla tributação e promover o programa "Regressar", que visa facilitar o retorno de reformados a Portugal.

A **Comissão Temática para o Ensino do Português no Estrangeiro, Cultura, Associativismo e Comunicação Social (CEPECACS)** salientou a necessidade de recrutamento local de professores e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro. Recomendou ainda a revisão dos apoios ao associativismo e a criação de conteúdos que reflitam o trabalho das comunidades na comunicação social.

Estes encontros e as recomendações resultantes visam fortalecer a conexão das comunidades portuguesas no exterior com Portugal, promovendo a identidade cultural e a participação cívica.

1.4 Articulação com Outras Entidades

O CP/CCP demonstrou um forte compromisso em articular o seu trabalho com outras entidades, tanto do governo português como da sociedade civil. O **envio de ofícios ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP) e à Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP)** com informações e solicitações visou garantir que o governo português está informado sobre as preocupações e necessidades das Comunidades Portuguesas e que o CCP tem um papel ativo na definição das políticas públicas.

A **elaboração de um ofício para os Grupos Parlamentares** defendendo o aumento do orçamento para o CCP demonstrou o compromisso do Conselho em defender os interesses das Comunidades Portuguesas junto do poder legislativo.

A **discussão sobre a realização de reuniões com o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA), o Conselho da Diáspora Portuguesa (CDP) e o Conselho das Comunidades Madeirenses** visou fortalecer a colaboração entre as diferentes organizações que representam as Comunidades Portuguesas e em promover a troca de experiências e conhecimentos.

O **reforço da necessidade de implementação dos Conselhos Consultivos nos Postos Consulares** demonstrou o compromisso do CP/CCP em promover a participação dos cidadãos na definição das políticas consulares e em garantir que as decisões tomadas pelos postos consulares têm em conta as necessidades e preocupações das Comunidades Portuguesas.

A **discussão sobre a nova lei de apoio às associações** e a necessidade de regulamentação adequada demonstrou o compromisso do CP/CCP em garantir que as associações Portuguesas no estrangeiro recebem o apoio necessário para desenvolver as suas atividades e para promover a cultura e a língua portuguesa.

Outro aspeto importante da atividade do CP/CCP, e que merece também destaque, foi a **indigitação de conselheiros para representarem o CCP em diversos Conselhos externos** (*Ofício do CP/CCP ao SECP, de 23 de dezembro de 2024*). Esta ação demonstra o compromisso do CP/CCP em garantir a representação das Comunidades Portuguesas em diferentes órgãos, em defender os seus interesses em diversas instâncias, e garantir que as suas vozes são ouvidas e que as suas necessidades são tidas em conta na definição das políticas públicas. A participação ativa dos conselheiros nestes órgãos permite ao CCP influenciar as decisões e promover o desenvolvimento das Comunidades Portuguesas.

2. Detalhes Adicionais sobre Temas Prioritários

2.1 A Importância da Comissão de Juventude (CJ/CCP)

A criação da CJ/CCP não foi apenas uma formalidade. O CP/CCP demonstrou um **compromisso real em envolver os jovens nas atividades do Conselho**, reconhecendo o seu papel fundamental na continuidade do trabalho e na renovação das ideias. A CJ/CCP foi incumbida de **propor iniciativas para promover a participação dos jovens**, de **identificar os seus interesses e necessidades** e de **facilitar a sua integração nas Comunidades Portuguesas.**

2.2 Apoio ao Regresso

A discussão sobre o RNH e a tributação dos emigrantes não se limitou a questões fiscais. Houve também preocupação com a **integração dos jovens lusodescendentes** que desejam regressar a Portugal, incluindo a **equivalência de cursos académicos** e o **aproveitamento das suas qualificações**.

2.3 Comunicação Social na Diáspora

A referência à **Lei da Publicidade nos meios de comunicação social da diáspora** demonstra uma preocupação em apoiar a imprensa portuguesa no estrangeiro, reconhecendo o seu papel fundamental na manutenção da identidade cultural e na informação das Comunidades.

2.4 Voto Eletrónico

A discussão sobre o voto eletrónico não se restringiu à sua implementação, mas também à necessidade de **combater a abstenção** e de **garantir a atualização dos dados pessoais** dos cidadãos portugueses no estrangeiro.

2.5 Saúde

A preocupação com o acesso ao SNS não se limitou ao Despacho n.º 40/2025. Houve também referência à necessidade de **informar os portugueses residentes no estrangeiro sobre os seus direitos** em matéria de saúde.

2.6 Funcionamento Interno e Colaboração

A necessidade de **consenso ampliado** nas decisões do Conselho Permanente foi salientada, tendo sido também destacada a importância de **evitar divisões ou desentendimentos públicos** sobre as os temas, decisões e deliberações emanadas das várias estruturas do CCP.

3. Nuances na Articulação com Outras Entidades

3.1 Conselhos Consultivos

A ênfase na implementação dos Conselhos Consultivos demonstra um esforço para **envolver a sociedade civil na definição das políticas consulares**, garantindo que as decisões dos postos consulares são tomadas em concertação com as Comunidades Portuguesas.

3.2 Grupos Parlamentares

A comunicação com os Grupos Parlamentares não se limitou ao orçamento. O CP/CCP procurou também **sensibilizar os deputados para as questões que afetam as Comunidades Portuguesas**, promovendo o diálogo e a colaboração.

4. Ações Específicas e Propostas Concretas

4.1 Portal de Informação

Proposta de desenvolvimento de um **Portal de Informação para as Comunidades de Lusodescendentes da Diáspora** demonstra uma visão estratégica para centralizar informações relevantes e facilitar o acesso aos serviços e apoios disponíveis.

4.2 Endereços Eletrónicos Personalizados

A sugestão de criação de **endereços eletrónicos personalizados para o CCP** visa profissionalizar a comunicação do Conselho e facilitar o contacto com os conselheiros (*Ofício com proposta ao SECP datada de 16 de março de 2025*).

4.3 Representação em Outros Conselhos

A sugestão de **representação, por inerência, dos conselheiros em outros Conselhos nacionais** demonstra a preocupação em estabelecer vínculos e compartilhar experiências com outras entidades, promovendo o intercâmbio de boas práticas.

4.4 Apoio ao Associativismo

A discussão sobre a nova lei (Decreto-Lei n.º 19/2025, de 18 de março) de apoio às associações demonstra a preocupação em **garantir que as associações Portuguesas no estrangeiro recebem o apoio necessário para desenvolver as suas atividades** e para promover a cultura e a língua portuguesa.

5. Análise da Participação dos Conselheiros do CCP em Conselhos Externos

A participação dos Conselheiros do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) em diversos Conselhos externos, como o Conselho de Opinião da RTP, o Conselho Económico e Social (CES) e o Conselho Consultivo para a Coordenação Internacional de Segurança Social, é fundamental para assegurar que as vozes das Comunidades Portuguesas no exterior sejam ouvidas e consideradas nas decisões políticas e sociais. Cada um desses Conselhos oferece uma plataforma para que as preocupações e necessidades das Comunidades sejam discutidas e abordadas a nível institucional. Essas interações não apenas fortalecem a presença das Comunidades na política portuguesa, mas também promovem um diálogo contínuo entre o governo e a sociedade civil, contribuindo para políticas mais inclusivas e eficazes. A seguir, apresentamos um resumo dessas participações.

5.1 Conselho de Opinião da RTP

O Conselho de Opinião da RTP, que atua como órgão consultivo, desempenha um papel crucial no parecer sobre os contratos de concessão de serviço público de televisão e de radiodifusão. O Conselheiro do CCP que participa neste Conselho tem a responsabilidade de:

- **Avaliar e Acompanhar a Atividade da RTP**: Em 2024, houve várias reuniões plenárias onde foram discutidos o Plano de Atividades e o Orçamento da RTP. O Conselheiro contribuíram com pareceres que refletem a preocupação com a qualidade e pluralidade da informação.
- **Promover a Liberdade de Informação**: A defesa da liberdade de informação e do pluralismo é uma prioridade, com os Conselheiros a atuarem como guardiões desses princípios no espaço mediático português.

- **Realização de Audições**: As audições a diretores da RTP permitiram que os Conselheiros expressassem preocupações sobre programação e conteúdo, assegurando que as necessidades das Comunidades Portuguesas fossem consideradas.

5.2 Conselho Económico e Social (CES)

No CES, os Conselheiros do CCP têm um papel ativo nas comissões que tratam de políticas económicas e sociais, incluindo:

- **Participação em Pareceres Estratégicos**: A emissão de pareceres sobre o Plano de Recuperação e Resiliência e a revisão do Plano Nacional de Energia e Clima demonstra a influência dos Conselheiros nas decisões que impactam a sociedade em geral.
- **Diálogo com o Governo e Parceiros Sociais**: O CES funciona como um fórum de diálogo, onde os Conselheiros podem trazer as preocupações das Comunidades para a mesa de discussão, promovendo a inclusão das suas vozes nas políticas públicas.
- **Atividades Técnicas e Consultivas**: A participação em consultas ministeriais e a discussão de grandes opções governamentais refletem a importância do envolvimento direto dos Conselheiros em temas críticos para a diáspora.

5.3 Conselho Consultivo para a Coordenação Internacional de Segurança Social

A atuação no Conselho Consultivo para a Coordenação Internacional de Segurança Social é igualmente significativa, uma vez que aborda questões essenciais para as Comunidades Portuguesas que vivem no exterior:

- **Análise de Instrumentos Internacionais**: Os Conselheiros participam na análise e proposta de melhorias em acordos de segurança social, que são cruciais para garantir que os emigrantes tenham acesso a prestações sociais adequadas.
- **Promoção de Acordos Bilaterais**: O Conselho Consultivo visa desenvolver e promover acordos bilaterais entre Portugal e outros países, facilitando assim o acesso dos emigrantes a direitos sociais.
- **Interação com Comunidades Estrangeiras**: Através de audições e reuniões, os Conselheiros podem identificar e discutir desafios enfrentados pelas Comunidades, como o acesso a informações sobre direitos e deveres no âmbito da segurança social.

6. Desafios Enfrentados e Medidas Adotadas

O Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, entre outubro de 2024 e março de 2025, enfrentou desafios significativos que impactaram a sua atuação. Superar esses desafios foi crucial para cumprir a missão de defender os interesses das Comunidades Portuguesas.

A **limitação orçamentária** restringiu a capacidade de ação, exigindo que se tivesse intensificado a defesa de um aumento orçamentário junto ao governo e parlamento, que se explore a diversificação de fontes de financiamento, que se implemente uma gestão eficiente e que se aumente a transparência.

A **dificuldade em comunicar eficazmente com as Comunidades**, e em articular o trabalho interno, exigiu o desenvolvimento de um plano de comunicação abrangente, utilizando diversos canais e linguagens, a proposta de atualização de uma plataforma online centralizada, com informações relevantes sobre o CCP e as Comunidades, a realização de reuniões regulares entre os órgãos do CCP, para garantir coordenação, a recomendação de formação aos conselheiros em comunicação, gestão de projetos e aspetos jurídicos, e a aceleração da implementação dos Conselhos consultivos nos Postos Consulares, garantindo a participação ativa dos cidadãos.

A **baixa participação cívica** dos portugueses no estrangeiro e a necessidade de reforçar a sua representação política exigem campanhas de sensibilização para incentivar a participação eleitoral, a defesa da implementação do voto eletrónico, a promoção atualização dos dados pessoais dos cidadãos, o diálogo com os partidos políticos para defender o aumento do número de deputados eleitos pelas Comunidades, e a mediação e a resolução de conflitos internos, sempre imbuídos por um espírito de consenso.

A necessidade de **encontrar soluções equilibradas para temas como RNH, SNS, Escolas Portuguesas e apoio ao associativismo** requerem estudos e análises mais aprofundadas sobre os temas prioritários, envolvendo especialistas e representantes das Comunidades, um diálogo construtivo com o governo para apresentação de propostas, o aumentar de transparência nos processos de decisão e a monitorização da implementação das políticas públicas, com avaliação do seu impacto.

A **dificuldade em atrair jovens e integrar lusodescendentes** exige a adoção de iniciativas específicas para jovens, como programas de capacitação e estágios, a utilização de redes sociais para comunicar com os jovens, o estabelecimento de parcerias com universidades e outras instituições de ensino e a criação de programas de apoio à integração dos lusodescendentes que desejam regressar a Portugal.

A **dispersão geográfica** dificulta a comunicação e coordenação, exigindo a utilização de plataformas digitais para facilitar a comunicação e a colaboração, a organização de reuniões híbridas, combinando participação presencial e por videoconferência e a delegação de competências para as Subsecções Locais e outros órgãos do CCP.

A superação destes desafios exige uma abordagem proativa, inovadora e adaptada às necessidades específicas de cada comunidade. O CP/CCP definiu como prioridade a colaboração, a transparência e a busca por soluções que promovam o bem-estar e o desenvolvimento das Comunidades Portuguesas em todo o mundo.

7. Referências Principais das Atas do CP/CCP

7.1 Ata da Reunião de 9 e 10 de outubro de 2024

- **Apresentação dos Conselheiros**: Fortalecimento da transparência e confiança.
- **Eleições da Mesa do CP**: Reeleição de Flávio Alves Martins como Presidente e nomeação de Paulo Marques como Vice-Presidente e Rui Marcelo e Vasco de Abreu como Secretários.
- **Propostas para o Plano de Ação do CCP**: Discussão de sugestões para moldar a estrutura do plano.
- **Consolidação dos Programas de Ação dos Conselhos Regionais**: Abordagem de diversos temas relevantes.

7.2 Ata da Reunião de 16 de novembro de 2024

- **Homologação das Subsecções Locais**: Aprovação das subsecções de várias regiões.
- **Criação da Comissão da Juventude do CCP**: Estabelecimento de uma nova comissão com foco na participação jovem.
- **Calendário de Reuniões para 2025**: Definição das datas das reuniões do CP e das Comissões.
- **Propostas do OE de 2025**: Discussão sobre o orçamento e necessidade de aumento das verbas.
- **Atualização do Site do CCP**: Progresso na atualização do portal e inclusão de informações relevantes.

7.3 Ata da Reunião de 21 de dezembro de 2024

- **Homologação do Cronograma de Reuniões para 2025**: Aprovação das datas e locais para as reuniões dos Conselhos Regionais e Comissões Temáticas.
- **Indigitação de conselheiros nos diversos Conselhos externos**: Nomeações para representação do CCP em Conselhos externos, incluindo o CES, CNEdu e CO da RTP.
- **Atualização sobre a Comunicação com Postos Consulares**: Discussão sobre a necessidade de melhorar a comunicação e colaboração com os postos consulares.
- **Discussão sobre a consulta ao CP em decisões do governo**: Manifestação sobre a falta de consulta em temas que afetam as Comunidades.

7.4 Ata da Reunião de 15 de fevereiro de 2025

- **Regulamento da Comissão de Juventude**: Apresentação e aprovação do regulamento final da Comissão de Juventude.

- **Discussão sobre o Regime do Residente Não Habitual (RNH)**: Propostas para melhorias no regime, visando incentivar o retorno de emigrantes.
- **Regulamento da Comissão de Juventude**: Discussão do regulamento final.

7.5 Ata da Reunião de 15 de março de 2025

- **Regulamento da Comissão de Juventude**: Discussão e aprovação do regulamento final.
- **Ponto de Situação sobre Eleições**: Debate sobre a situação política e seu impacto nas Comunidades.
- **Continuidade das Atividades do CCP**: Análise da continuidade das atividades das comissões temáticas, independentemente da mudança de governo.

7.6 Ata da Reunião de 26 de abril de 2025

- **Informação sobre as Reuniões Presenciais dos Conselhos Regionais**: Relatos sobre as reuniões dos Conselhos Regionais, tendo sido destacada a necessidade de relatórios consolidados.
- **Programação da Próxima Reunião Presencial do CP do CCP**: Discussão sobre a programação da reunião presencial em Lisboa, do Conselho Permanente do CCP, agendada entre 7-9 de julho de 2025.
- **Relatório Anual de Atividades**: Designação de relatores para a elaboração do relatório anual referente ao período de Outubro de 2024 a Junho de 2025.

7.7 Ata da Reunião de 24 de maio de 2025

- **Programação da Próxima Reunião Presencial do CP do CCP**: Informações sobre a evolução da programação da reunião presencial em Lisboa, do Conselho Permanente do CCP, agendada entre 7-9 de julho de 2025, e ajustes em relação às audiências previstas.
- **Relatório Anual de Atividades do CP do CCP**: Avaliação da versão inicial desenvolvida pelos relatores, para apresentação e aprovação reunião presencial em Lisboa, do Conselho Permanente do CCP.
- **Protocolo de Cooperação com o Conselho da Diáspora Portuguesa**: Avaliação do conteúdo do texto do protocolo de cooperação com o Conselho da Diáspora Portuguesa, incluindo a participação de conselheiros. Este protocolo deverá ser assinado na tarde de segunda-feira, dia 7 de julho de 2025, durante a reunião presencial do CP do CCP.
- **Eleições Legislativas e Novo Governo**: Considerações sobre a formação do novo governo e a participação dos cidadãos nas eleições, incluindo questões relacionadas ao voto.

8. Conclusão

O período de outubro de 2024 a março de 2025, embora marcado por desafios significativos, serviu como um catalisador para uma reavaliação estratégica do papel e das atividades do Conselho Permanente (CP) do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP). Reconhecendo a necessidade de avançar para além da mera gestão de crises e da resolução de problemas imediatos, o CP comprometeu-se a consolidar uma abordagem mais estratégica e proativa, focada em fortalecer a sua capacidade de antecipar e responder às necessidades das Comunidades.

Nesse sentido, o CP do CCP delineou as seguintes linhas de ação prioritárias para o futuro imediato:

- **Otimização da Gestão Orçamentária:** Para além da defesa de um aumento do orçamento, o CP concentrar-se-á na otimização da gestão dos recursos existentes, implementando medidas de controlo de custos e explorando parcerias para maximizar o impacto das suas ações. Será dada prioridade a projetos com resultados quantificáveis e que beneficiem diretamente as Comunidades.
- **Reforço da Estratégia de Comunicação:** O CP intensificará os esforços para melhorar a comunicação com as Comunidades, utilizando uma variedade de canais e formatos, incluindo plataformas digitais, redes sociais e eventos presenciais. O objetivo é garantir que as informações relevantes cheguem a todos os portugueses no estrangeiro, independentemente da sua localização ou nível de literacia digital.
- **Consolidação da Rede de Conselheiros:** O CP investirá na formação e no desenvolvimento dos seus conselheiros, capacitando-os para desempenharem um papel mais ativo na identificação das necessidades das Comunidades e na proposição de soluções inovadoras. Será incentivada a colaboração entre os conselheiros de diferentes regiões, de forma a promover a partilha de boas práticas e a criação de sinergias.
- **Aprofundamento do Diálogo com o Governo:** O CP procurará estreitar o diálogo com o governo português, apresentando propostas concretas para a resolução dos problemas que afetam as Comunidades Portuguesas, nomeadamente nas áreas do acesso à saúde, da educação e do apoio social. Será dada especial atenção à implementação das recomendações do CCP e ao acompanhamento das políticas públicas que têm impacto direto nos portugueses residentes no estrangeiro.
- **Promoção da Participação Cívica:** O CP desenvolverá iniciativas para incentivar a participação cívica dos portugueses no estrangeiro, nomeadamente através de campanhas de sensibilização para a importância do voto e de ações de apoio ao registo eleitoral. Será dada especial atenção aos jovens e aos lusodescendentes, procurando envolvê-los nas atividades do CCP e incentivá-los a assumir um papel de liderança nas suas Comunidades.

Estas linhas de ação, a ser implementadas gradual e faseadamente, representam um compromisso do CP em fortalecer a sua capacidade de servir as Comunidades Portuguesas e de promover os seus interesses de forma eficaz. O CP está confiante de que, com o apoio dos seus conselheiros, das Comunidades e do governo português, será possível construir um futuro mais próspero e promissor para os portugueses no estrangeiro.

Considera-se, para isso, a necessidade de uma mudança de paradigma no relacionamento entre o CCP e os órgãos de soberania que evidencie uma ação política tendo a Diáspora como prioridade: a ação política dirigidas às Portuguesas, portugueses e seus descendentes não devem ser centralizadas na ação política externa (internacionalização da economia, língua e cultura portuguesas) mas sobretudo (re)centradas na ação política interna. O Conselho Permanente do CCP partilha com o Governo da necessidade de se implementar uma "Política estratégica partilhada para a valorização das Comunidades Portuguesas", desde que essa visão advenha de reflexões com essas Comunidades.

Assim, este é o relatório das atividades desempenhadas e realizadas pelo CP/CCP em 2024/2025. Agradecemos o apoio dos colegas José Cesário (ex-SECP) e da sua adjunta, Sara Madruga, bem como de Ana Cristina Ribeiro, da DGACCP, que está diretamente ligada a este Conselho. Estendemos também os nossos agradecimentos aos assessores do GSECP que colaboraram diretamente com o CP do CCP durante estes meses, em particular a Ana Ferreira e a Dra. Elvira Barata, que sempre nos tem acompanhado. Agradecemos, ainda, a todos os Conselheiros do CCP pelo apoio, solidariedade e diálogo aberto e franco com este Conselho Permanente, que procurou servir as Comunidades da melhor forma possível, dentro dos instrumentos e da estrutura atualmente disponíveis.

Lisboa, 07 de julho de 2025.